



ALIPERTI S.A.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

PARA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2026

Datado de 27 de março de 2026.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ALIPERTI S.A. A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2026, ÀS 14:00.

1. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA AS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA AGO.....	3
1.1. Item (a) da Ordem do Dia.....	3
1.2. Item (b) da Ordem do Dia.....	4
1.3. Item (c) da Ordem do Dia.....	5
2. ANEXOS.....	6
2.1. <u>Anexo A</u> - Comentários dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência.....	7
2.2. <u>Anexo B</u> - Informações sobre a proposta de destinação do lucro líquido, nos termos do Anexo A à Resolução CVM nº 81/22.....	15
2.3. <u>Anexo C</u> - Informações sobre a remuneração da administração, na forma do item 8 do Formulário de Referência.....	20

1. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA AS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA AGO

Nesta seção a administração da Aliperti S.A. (“Aliperti” ou “Companhia”) apresenta a sua proposta (“Proposta”) em relação a cada uma das matérias da ordem do dia para a Assembleia Geral Ordinária (“AGO” ou “Assembleia”), conforme elencadas no Edital de Convocação divulgado nesta data, disponível nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.gov.br/cvm), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão (www.b3.com.br) e da Aliperti (<https://aliperti.com.br/assembleia>).

1.1. Item (a) da Ordem do Dia: “tomar as contas dos administradores, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria e do parecer do Conselho Fiscal”;

As contas dos administradores são apresentadas junto ao Relatório da Administração e às Demonstrações Financeiras elaboradas pela Diretoria da Companhia. Antes de sua submissão à Assembleia Geral Ordinária, as contas e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 24 de março de 2026, considerando o parecer favorável do Comitê de Auditoria Estatutária, emitido na mesma data. Ainda em 24 de março de 2026, o Conselho Fiscal emitiu o seu parecer, no sentido de que as Demonstrações Financeiras estão em condições de serem apreciadas pela AGO.

A administração propõe a aprovação, sem ressalvas, das contas dos administradores, do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia divulgou Avisou aos Acionistas nesta data informando que os documentos listados no art. 133 da Lei nº 6,404/76 (“Lei das S.A.”) estão disponíveis para consulta pelos acionistas na sede da Aliperti. Adicionalmente, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, do exercício social encerrado 31/12/2025, serão publicados no Jornal Empresas e Negócios, até 05 dias antes da realização da AGO, nos termos do atr. 133, § 3º, da Lei das S.A. Além disso, os referidos documentos, encontram-se disponíveis para consulta na sede da Companhia, bem como no site de relações com investidores da Aliperti (<https://aliperti.com.br/demonstracoes-financeiras-padronizadas/>) e nos websites da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

Em cumprimento ao disposto no art. 10, da Resolução CVM nº 81/22, os comentários dos diretores da Companhia, na forma do item 2 do Formulário de Referência, encontram-se no

ANEXO A à presente Proposta.

1.2. Item (b) da Ordem do Dia: “deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e a distribuição de dividendos”;

A administração recomenda a destinação do resultado do exercício de 2025 e a distribuição de dividendos adicionais, conforme detalhado abaixo:

<i>Descrição</i>	<i>Valores em R\$</i>
<i>Destinação do Resultado do Exercício de 2025:</i>	
<i>Lucro Líquido do Exercício</i>	<i>16.938.023,46</i>
<i>(-) Reserva de Legal - 5%</i>	<i>(846.901,17)</i>
<i>(=) Lucro Líquido Ajustado</i>	<i>16.091.122,29</i>
<i>Dividendos Obrigatórios - 25% do Lucro Líquido Ajustado</i>	<i>4.022.780,57</i>
<i>Constituição de Reserva de Retenção de Lucros</i>	<i>12.068.341,72</i>
<i>Distribuição de Dividendos Adicionais:</i>	
<i>Reversão de Reserva de Lucros a Realizar</i>	<i>4.446.658,65</i>
<i>Reversão de Reserva de Retenção de Lucros</i>	<i>21.618.392,76</i>
<i>Total de Dividendos Adicionais</i>	<i>26.065.051,41</i>
<i>Total: Dividendos do Exercício + Dividendos Adicionais</i>	<i>30.087.831,98</i>

Em 16/12/2025, o Conselho de Administração da Companhia deliberou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 30.087.831,98, a ser ratificado pela Assembleia Geral Ordinária. Esse valor corresponde à soma dos seguintes itens: (i) dividendos obrigatórios (R\$ 4.022.780,57); (ii) dividendos adicionais decorrentes (a) de reversão de reserva de lucros a realizar (R\$ 4.446.658,65); e (b) de reversão de reserva de retenção de lucros (R\$ 21.618.392,76).

A Administração propõe que os dividendos sejam pagos em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira delas paga até 29 de maio de 2026 e a segunda delas paga até 30 de outubro de 2026, sem incidência de correção monetária ou juros.

A retenção de parcela do lucro líquido do exercício de 2025 no valor de R\$ 12.068.341,72 será realizada, para fins do art. 196 da Lei nº 6.404/76, com base no orçamento de capital, apresentado a seguir:

ORÇAMENTO DE CAPITAL - EXERCÍCIO DE 2026

A FONTES DE RECURSOS

a.1)	Recursos próprios (retenção dos lucros do exercício de 2025)	12.068
a.2)	Recursos próprios (geração de caixa em 2026)	59.393

B) INVESTIMENTOS DE 2026

b.1)	Investimentos destinados às atividades operacionais	1.000
------	---	-------

C) FINANCIAMENTOS

c.1)	Liquidação de Obrigações junto ao BNDES	70.461
------	---	--------

A administração entende que a proposta de destinação do lucro líquido, incluindo a distribuição de dividendos, foi formulada de acordo com as obrigações legais e estatutárias da Companhia.

As informações detalhadas sobre a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia, nos termos do artigo 10º, parágrafo único, Inciso II – Anexo A, da Resolução CVM nº 81/22, constam no **ANEXO B** desta Proposta.

1.3. Item (c) da Ordem do Dia: “fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026”.

A administração propõe a aprovação do montante global da remuneração anual dos administradores (membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária) da Companhia referente ao exercício social de 2026 no valor de até R\$ 2.080.000,00 (dois milhões e oitenta mil reais).

Em cumprimento ao art. 13, inciso II, da Resolução CVM nº 81/22, informações adicionais sobre a remuneração dos administradores, na forma do item 8 do Formulário de Referência, encontram-se disponíveis no **ANEXO C** desta Proposta.

2. ANEXOS

- 2.1. ANEXO A: Comentários dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência**
- 2.2. ANEXO B: Informações sobre a proposta de destinação do lucro líquido, nos termos do Anexo A à Resolução CVM nº 81/22**
- 2.3. ANEXO C: Informações sobre a remuneração da administração, na forma do item 8 do Formulário de Referência**

ANEXO A: Comentários dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência

2. Comentários dos Diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seus negócios e cumprir suas obrigações a curto e médio prazo.

b. estrutura de capital

A Diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis conservadores de alavancagem. Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria entende que a Companhia tem recursos de capital suficientes para cobrir investimentos, despesas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia é a sua própria geração de fluxo de caixa operacional.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria entende que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo necessidade a Companhia pode acessar o mercado financeiro brasileiro para atender suas eventuais necessidades de liquidez.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Financiamento BNDES

O saldo encontra-se subjudice. A Companhia através de Laudo Pericial, está atualizando seu valor por entender ser mais conservador, não colocando em risco os futuros interesses de seus acionistas.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras que sejam relevantes.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não existem restrições.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável aos contratos firmados pela companhia.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

No exercício de 2025, ocorreu uma alteração significativa em outras receitas operacionais na demonstração do resultado com redução de R\$55.007, em 2024, para R\$22.911, em 2025, considerando que no ano de 2024, houve o recebimento de receita extraordinária oriunda de acordo judicial. Importa ressaltar, ainda, a redução de despesas tributárias de R\$17.236 no exercício de 2024 para R\$8.271 no exercício de 2025, em razão da liquidação de parcelamentos tributários.

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia entende que este item não é aplicável e, portanto, não tem componentes importantes da receita para comentar.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia entende que não há fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Não aplicável.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e

no resultado financeiro do emissor

Não aplicável.

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Aliperti S.A, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A diretoria concorda com o parecer emitido pela GF Auditores Independentes ("Auditoria Independente" ou "Auditor") a respeito das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2025, esclarecendo que na elaboração das referidas demonstrações observou-se a aplicação das normas e interpretações vigentes.

O relatório da Auditoria Independente não apresentou opiniões modificadas com relação às demonstrações financeiras da Companhia de 31/12/2025.

Quanto às ênfases apresentadas pelo Auditor temos os seguintes comentários:

Obrigações existentes junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

A diretoria da Companhia esclarece que vem acompanhando todo trâmite processual relacionado ao processo com o BNDES, em conjunto com os advogados que atuam em nome da Companhia. Até o momento (31/12/2025), não existe consenso entre as partes litigantes do processo, quanto ao valor do débito, de todo modo, a diretoria entende que o valor provisionado, atenderá a projeção.

Reapresentação dos valores correspondentes

Houve a reapresentação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Individual e Consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de forma a refletirem uma melhor apresentação e comparabilidade das informações apresentadas decorrentes da:

- a) revisão na forma de recolhimento do INSS de empresa controlada, a Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda.: foi identificado que o procedimento estava sendo efetuado de forma incorreta, possibilitando um saldo líquido positivo em favor da Companhia; e*
- b) falha ocorrida em processo de consolidação dos valores, com uma eliminação indevida, necessitando ajustes na demonstração financeira do exercício de 2024.*

Diante disso, a diretoria solicitou aos setores envolvidos nesses procedimentos, a adoção de

diligências e reforço nos controles internos, visando a mitigação de qualquer equívoco na elaboração das demonstrações financeiras.

Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis

A diretoria tem se empenhado na redução das contingências fiscais, trabalhistas e cíveis, o que é possível observar em razão da redução dessa espécie de passivo no decorrer dos últimos exercícios.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

Não aplicável.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Não aplicável.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não aplicável.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Em 30 de janeiro de 2026, a administração da Companhia aprovou o processo de cisão parcial da controlada Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda., com a criação de uma nova empresa denominada Agroeldorado Atividades Rurais Ltda., que se encontra em processo de registro da constituição na Junta Comercial. A referida operação é justificada em função da

intenção da administração em separar parte do patrimônio da Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda. em busca de uma melhor gestão operacional dos ativos não transferidos para a Agroeldorado Atividades Rurais Ltda, passando a ter uma operação exclusivamente dedicada às atividades imobiliárias.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

Reserva Legal; calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social.

Retenção de Lucros: foi realizada a retenção de lucros do exercício de 2025, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), com base em orçamento de capital apresentado.

Reserva de Lucros a Realizar: constituída em exercício(s) anterior(es) em função de lucros existentes economicamente, mas não disponíveis financeiramente, oriundos dos ajustes do investimento pelo método da equivalência patrimonial.

b. regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia estabelece a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido ajustado conforme a legislação vigente e, adicionalmente, ajustado pela constituição, realização e reversão, no respectivo exercício, da Reserva de Lucros a Realizar. Em 16/12/2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, de forma antecipada, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 30.087.831,98.

Esse valor corresponde à soma dos seguintes itens: (i) dividendos obrigatórios (R\$ 4.022.780,57); (ii) dividendos adicionais decorrentes (a) de reversão de reserva de lucros a realizar (R\$ 4.446.658,65); e (b) de reversão de reserva de retenção de lucros (R\$ 21.618.392,76).

Abaixo segue o detalhamento da destinação do lucro do exercício de 2025 e dos dividendos aprovados:

<i>Descrição</i>	<i>Valores em R\$</i>
<i>Destinação do Resultado do Exercício de 2025:</i>	
<i>Lucro Líquido do Exercício</i>	<i>16.938</i>
<i>(-) Reserva de Legal - 5%</i>	<i>(847)</i>
<i>(=) Lucro Líquido Ajustado</i>	<i>16.091</i>
<i>Dividendos Obrigatórios - 25% do Lucro Líquido Ajustado</i>	<i>4.023</i>
<i>Constituição de Reserva de Retenção de Lucros</i>	<i>12.068</i>
<i>Distribuição de Dividendos Adicionais:</i>	
<i>Reversão de Reserva de Lucros a Realizar (i)</i>	<i>4.447</i>
<i>Reversão de Reserva de Retenção de Lucros</i>	<i>21.618</i>
<i>Total de Dividendos Adicionais</i>	<i>26.065</i>
<i>Total: Dividendos do Exercício + Dividendos Adicionais</i>	<i>30.088</i>

(i) O montante de R\$ 4.446.658,65 corresponde à parcela dos dividendos registrada na conta de reserva de lucros a realizar em exercícios anteriores, que está sendo acrescida nos dividendos propostos do exercício corrente, nos termos da Lei das S.A., em virtude da realização financeira durante o exercício de 2025.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição de dividendos, quando aplicável, ocorre anualmente. No ano de 2026, os dividendos serão pagos em 02 (duas) parcelas, nas seguintes datas. A primeira parcela será paga até 29 de maio de 2026 e a segunda parcela será paga até o dia 30 de outubro de 2026, sem incidência de correção monetária ou juros.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não aplicável.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, observadas as exigências legais.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não houve a ocorrência.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não houve a ocorrência.

iii. contratos de construção não terminada

Não houve a ocorrência.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não houve a ocorrência.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens relevantes já foram demonstrados.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não existem.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não existem.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não existem.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não existem.

- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não existem.

- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não existem

- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não existem.

- d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

Não existem.

- 2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não houve outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia.

* * *

ANEXO B: Informações sobre a proposta de destinação do lucro líquido, nos termos do Anexo A à Resolução CVM nº 81/22

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício

R\$16.938.023,46 (dezesseis milhões, novecentos e trinta e oito mil, vinte e três reais e quarenta e seis centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Montante Global dos Dividendos: R\$ 30.087.931,98 (trinta milhões e oitenta e sete mil, novecentos e trinta e um reais e noventa e oito centavos), sendo (i) R\$ 4.022.780,57 referentes ao dividendo obrigatório do exercício e (ii) R\$26.065.051,41 com base em dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Valor dos dividendos por ação: ON R\$1.550,005511 e PN R\$ 1.705,006062.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

25 % (vinte e cinco por cento)

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Montante Global: R\$26.065.051,41 (vinte e seis milhões, sessenta e cinco mil, cinquenta e um reais e quarenta e um centavos).*

Dividendos por Ação:

ON 1.342,763383

PN 1.477,039721

** Estes valores já estão incluídos e considerados no valor do montante global do item 2 deste Anexo B.*

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não há juros sobre o capital próprio. Valor dos dividendos por ação: ON R\$1.550,005511 e PN R\$ 1.705,006062.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Depósito/transfêrencia bancária em conta corrente dos acionistas em 02 (duas) parcelas, nas seguintes datas. A primeira parcela será paga até 29 de maio de 2026 e a segunda parcela será paga até o dia 30 de outubro de 2026, sem incidência de correção monetária ou juros.

- c. **Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não há.

- d. **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

27/04/2026.

6. **Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:**

Não aplicável.

- a. **Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Não aplicável.

- b. **Informar a data dos respectivos pagamentos**

Não aplicável.

7. **Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

- a. **Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

	2025	2024	2023	2022
Lucro Líquido	16.938.023,46	51.193.469,97	16.180.286,70	(25.204.824,65)

- b. **Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

	2025	2024	2023	2022
Dividendos	30.087.931,98	19.159.134,53	852.275,13	N/A

Não há juros sobre o capital próprio

8. **Havendo destinação de lucros à reserva legal**

- a. **Identificar o montante destinado à reserva legal**

R\$ 846.901,17 (oitocentos e quarenta e seis mil, novecentos e um reais e dezessete centavos)

- b. **Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

Do lucro líquido apurado em cada exercício social destina-se 5% (cinco por cento) para a

formação da “Reserva Legal”, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

Não Aplicável.

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não Aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não Aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não Aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não Aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não Aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Do lucro líquido apurado em cada exercício social destinar-se-á: a) 5% (cinco por cento) para a formação da “Reserva Legal”, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital; b) quantia não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404 de 1976, para pagamento do dividendo mínimo obrigatório às ações ordinárias e preferenciais; c) a quantia remanescente ficará à disposição da Assembleia Geral, que deliberará quanto à sua destinação final, mediante proposta do Conselho de Administração. (“Art. 25 do Estatuto Social da Companhia”).

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva de contingência

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

R\$12.068.341,72 (doze milhões, sessenta e oito mil, trezentos e quarenta e um reais e setenta e dois centavos).

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

A Administração apresenta a seguir orçamento de capital que justifica a retenção de parcela do lucro líquido do exercício de 2025 (R\$ 12.068.341,72):

ORÇAMENTO DE CAPITAL - EXERCÍCIO DE 2026 / R\$/Mil

A FONTES DE RECURSOS

a.1)	Recursos próprios (retenção dos lucros do exercício de 2025)	12.068
a.2)	Recursos próprios (geração de caixa em 2026)	59.393

B) INVESTIMENTOS DE 2026

b.1)	Investimentos destinados às atividades operacionais	1.000
------	---	-------

C) FINANCIAMENTOS

c.1)	Liquidação de Obrigações junto ao BNDES	70.461
------	---	--------

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

* * *

ANEXO C: Informações sobre a remuneração da administração, na forma do item 8 do Formulário de Referência

8. Remuneração dos administradores

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

A remuneração dos membros do conselho de administração, da diretoria estatutária, do conselho fiscal e do comitê de auditoria é baseada nas práticas de mercado, não havendo qualquer benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário.

- a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A prática de remuneração da Companhia visa remunerar os membros do conselho de administração, da diretoria estatutária, do conselho fiscal e do comitê de auditoria pelos serviços prestados à Companhia, sendo aprovada pela Assembleia Geral anualmente.

- b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

Uma vez aprovada a remuneração global dos administradores pela assembleia geral, nos termos da Lei nº 6.404/76, o órgão responsável pelo processo decisório de remuneração individual, segundo o Estatuto Social da Companhia, é o Conselho de Administração da Companhia.

- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**

Para definição da remuneração dos membros do conselho de administração e da diretoria estatutária, são consideradas as práticas de mercado usualmente aplicadas no setor da Companhia, especialmente em empresas do mesmo porte que esta, bem como a necessidade de alinhamento de interesses entre administradores e companhia e a atratividade e o potencial de retenção para seus administradores.

- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

A avaliação da adequação da política de remuneração é realizada anualmente, por ocasião da convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, levando-se em consideração as práticas de mercado usualmente aplicadas no setor da Companhia, especialmente em empresas do mesmo porte da Companhia.

c. **composição da remuneração, indicando:**

- i. **descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:**
- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A remuneração global dos administradores é constituída pela remuneração fixa e poderá conter outros componentes que o Conselho de Administração venha a determinar, sendo certo que os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, farão jus somente à remuneração fixa.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal. O montante é definido levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas, as complexidades inerentes ao cargo, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, a reputação do profissional e as práticas de mercado.

Comitê de Auditoria

A remuneração do Comitê de Auditoria é integralmente composta por uma parcela fixa desde a sua instalação, levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas, as complexidades inerentes ao cargo, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, a reputação do profissional e as práticas de mercado.

Diretoria Estatutária

Os diretores da Companhia fazem jus a remuneração fixa levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas, as complexidades inerentes ao cargo, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, a reputação do profissional e as práticas de mercado.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Conselho de Administração:

<i>Tipo de Remuneração:</i>	<i>2025</i>	<i>2024</i>	<i>2023</i>
<i>Fixa</i>	<i>100%</i>	<i>100%</i>	<i>100%</i>
<i>Variável</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>
<i>Benefícios</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>
<i>Total</i>	<i>100%</i>	<i>100%</i>	<i>100%</i>

Conselho Fiscal:¹

<i>Tipo de Remuneração:</i>	<i>2025</i>	<i>2024</i>	<i>2023</i>
<i>Fixa</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>
<i>Variável</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>
<i>Benefícios</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>
<i>Total</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>

¹ O Conselho Fiscal da Companhia não estava instalado nos exercícios sociais de 2023, 2024 e 2025.

Diretoria Estatutária:

<i>Tipo de Remuneração:</i>	<i>2025</i>	<i>2024</i>	<i>2023</i>
<i>Fixa</i>	<i>100%</i>	<i>100%</i>	<i>100%</i>
<i>Variável</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>
<i>Benefícios</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>
<i>Total</i>	<i>100%</i>	<i>100%</i>	<i>100%</i>

Comitê de Auditoria:

<i>Tipo de Remuneração:</i>	<i>2025</i>	<i>2024</i>	<i>2023</i>
<i>Fixa</i>	<i>100%</i>	<i>100%</i>	<i>100%</i>
<i>Variável</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>
<i>Benefícios</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>
<i>Total</i>	<i>100%</i>	<i>100%</i>	<i>100%</i>

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Caberá ao Conselho de Administração determinar a proporção de cada componente da remuneração dos administradores. A remuneração fixa poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração dos administradores da Companhia é definida levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas, as complexidades inerentes ao cargo, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, a reputação do profissional e as práticas de mercado.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A estratégia de remuneração adotada pela Companhia visa: (i) a aplicar critérios e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da Companhia; (ii) a garantir à competitividade frente ao mercado-alvo, permitindo a atração e retenção dos melhores profissionais para a administração da Companhia; e (iii) a garantir a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável.

- d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.**

Não aplicável, tendo em vista que não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

- e. **existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.**

Não aplicável, tendo em vista que não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

- 8.2. **Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

2026	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<i>Nº de Membros</i>	4	2	5	11
<i>Nº de Membros Remunerados</i>	4	2	5	11
Remuneração fixa anual				
<i>Salário ou pró-labore</i>	624.000,00	1.456.000,00	364.000,00	2.444.000,00
<i>Benefícios direto ou indireto</i>	-	-	-	-
<i>Participação em comitês</i>	-	-	-	-
<i>Outros</i>	-	-	-	-
Remuneração Variável				
<i>Bônus</i>	-	-	-	-
<i>Participação dos resultados</i>	-	-	-	-
<i>Participação em reuniões</i>	-	-	-	-
<i>Comissões</i>	-	-	-	-
<i>Outros</i>	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
<i>Pós-emprego</i>	-	-	-	-
<i>Cessação do exercício do cargo</i>	-	-	-	-
<i>Remuneração baseada em ações</i>	-	-	-	-
<i>Observações</i>	-	-	O Conselho Fiscal foi instalado em 22/12/2025. Até a presente data, a Companhia não	-

			recebeu pedido de instalação do Conselho Fiscal para a AGO de 2026. De todo modo, a Aliperti já prevê o valor de remuneração dos membros do Conselho Fiscal, no caso de sua instalação.	
Total da Remuneração	624.000,00	1.456.000,00	364.000,00	2.444.000,00

2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	4	2	-	6
Nº de Membros Remunerados	4	2	-	6
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	624.000,00	1.356.000,00	-	1.980.000,00
Benefícios direto ou indireto	-	-	-	-
Participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação dos resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Observações	-	-	-	-
Total da Remuneração	624.000,00	1.356.000,00	-	1.980.000,00

2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	4	2	-	6
Nº de Membros Remunerados	4	2	-	6
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	624.000,00	576.000,00	-	1.200.000,00

<i>Benefícios direto ou indireto</i>	-	-	-	-
<i>Participação em comitês</i>	-	-	-	-
<i>Outros</i>	-	-	-	-
Remuneração Variável	-	-	-	-
<i>Bônus</i>	-	-	-	-
<i>Participação dos resultados</i>	-	-	-	-
<i>Participação em reuniões</i>	-	-	-	-
<i>Comissões</i>	-	-	-	-
<i>Outros</i>	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
<i>Pós-emprego</i>	-	-	-	-
<i>Cessação do exercício do cargo</i>	-	-	-	-
<i>Remuneração baseada em ações</i>	-	-	-	-
<i>Observações</i>	-	-	-	-
Total da Remuneração	624.000,00	576.000,00	-	1.200.000,00

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<i>Nº de Membros</i>	4	2	-	6
<i>Nº de Membros Remunerados</i>	4	2	-	6
Remuneração fixa anual				
<i>Salário ou pró-labore</i>	624.000,00	576.000,00	-	1.200.000,00
<i>Benefícios direto ou indireto</i>	-	-	-	-
<i>Participação em comitês</i>	-	-	-	-
<i>Outros</i>	-	-	-	-
Remuneração Variável	-	-	-	-
<i>Bônus</i>	-	-	-	-
<i>Participação dos resultados</i>	-	-	-	-
<i>Participação em reuniões</i>	-	-	-	-
<i>Comissões</i>	-	-	-	-
<i>Outros</i>	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
<i>Pós-emprego</i>	-	-	-	-
<i>Cessação do exercício do cargo</i>	-	-	-	-
<i>Remuneração baseada em ações</i>	-	-	-	-
<i>Observações</i>	-	-	-	-
Total da Remuneração	624.000,00	576.000,00	-	1.200.000,00

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da

diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. em relação ao bônus: i. valor mínimo previsto no plano de remuneração; ii. valor máximo previsto no plano de remuneração; iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais; e. em relação à participação no resultado: i. valor mínimo previsto no plano de remuneração; ii. valor máximo previsto no plano de remuneração; iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.

Não aplicável, tendo em vista que não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

- 8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: a. termos e condições gerais; b. data de aprovação e órgão responsável; c. número máximo de ações abrangidas; d. número máximo de opções a serem outorgadas; e. condições de aquisição de ações; f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício; g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício; h. forma de liquidação; i. restrições à transferência das ações; j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; e k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

- 8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: i. em aberto no início do exercício social; ii. perdidas e expiradas durante o exercício social; iii. exercidas durante o exercício social; e e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto.**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

- 8.6. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de**

membros remunerados; d. data da outorga; e. quantidade de opções outorgadas; f. prazo para que as opções se tornem exercíveis; g. prazo máximo para exercício das opções; h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções; u. valor justo das opções na data da outorga; j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga.

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

- 8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. em relação às opções ainda não exercíveis: i. quantidade; ii. data em que se tornarão exercíveis; iii. prazo máximo para exercício das opções; iv. prazo de restrição à transferência das ações; v. preço médio ponderado de exercício; vi. valor justo das opções no último dia do exercício social; e. em relação às opções exercíveis: i. quantidade; ii. prazo máximo para exercício das opções; iii. prazo de restrição à transferência das ações; iv. preço médio ponderado de exercício; v. valor justo das opções no último dia do exercício social; f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social.**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

- 8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. número de ações; e. preço médio ponderado de exercício; f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas; g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

- 8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; e d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários.**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

- 8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. data de outorga; e. quantidade de ações outorgadas; f. prazo máximo para entrega das ações; g. prazo de restrição à transferência das ações; h. valor justo das ações na data da outorga; i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga.**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

- 8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. número de ações; e. preço médio ponderado de aquisição; f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas; g. multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

- 8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: a. modelo de precificação; b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; d. forma de determinação da volatilidade esperada; e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

- 8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.**

A tabela abaixo contém a participação consolidada em ações emitidas pela Companhia, detida

por membros do conselho de administração, do conselho fiscal e da diretoria estatutária na data de encerramento do exercício social de 2025:

Órgão	Ações da Companhia	
	Quantidade	Percentual
<i>Conselho de Administração</i>	<i>1</i>	<i>0,0054%</i>
<i>Diretoria</i>	-	-
<i>Conselho Fiscal</i>	-	-

- 8.14.** Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. nome do plano; e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; f. condições para se aposentar antecipadamente; g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

Não aplicável, tendo em vista que não há planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração ou aos diretores estatutários.

- 8.15.** Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

	Diretoria Estatutária		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Número total de membros	<i>2</i>	<i>2</i>	<i>2</i>
Número de membros remunerados	<i>2</i>	<i>2</i>	<i>2</i>
Valor da maior remuneração individual	<i>36.000,00</i>	<i>35.000,00</i>	<i>24.000,00</i>
Valor da menor remuneração individual	<i>31.000,00</i>	<i>30.000,00</i>	<i>12.000,00</i>
Valor médio de remuneração individual	<i>33.500,00</i>	<i>33.000,00</i>	<i>18.000,00</i>

	Conselho de Administração		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Número total de membros	<i>4</i>	<i>4</i>	<i>4</i>
Número de membros remunerados	<i>4</i>	<i>4</i>	<i>4</i>

Valor da maior remuneração individual	10.000,00	10.000,00	13.000,00
Valor da menor remuneração individual	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Valor médio de remuneração individual	10.000,00	10.000,00	11.500,00

- 8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.**

Não aplicável, pois não existem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

- 8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

	<i>Conselho de Administração</i>	<i>Diretoria Estatutária</i>	<i>Conselho Fiscal¹</i>
2026	0%	0%	0%
2025	0%	0%	-
2024	0%	0%	-
2023	0%	0%	-

¹ O Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Extraordinária da Aliperti realizada em 22/12/2025.

- 8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.**

	<i>Conselho de Administração</i>	<i>Diretoria Estatutária</i>	<i>Conselho Fiscal¹</i>
2026	0	0	0
2025	0	0	0
2024	0	0	0
2023	0	0	0

¹ O Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Extraordinária da Aliperti realizada em 22/12/2025.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não aplicável.

* * *